



Além da edição impressa, as notícias do Agronegócio são publicadas diariamente no site do JC. Aponte a câmera do celular para o QR Code e acesse. www.jornaldocomercio.com/agro



Governo anuncia R\$ 476 bilhões no Plano Safra

Agricultura empresarial terá R\$ 400,5 bilhões, enquanto outros R\$ 76 bilhões irão para os pequenos produtores

Bárbara Lima, com agências
barbara.lima@jcrs.com.br

O governo federal anunciou ontem o Plano Safra 2024/2025 da Agricultura Empresarial e o Plano Safra da Agricultura Familiar com linhas de crédito com redução de taxas e condições especiais. No total, serão R\$ 400,59 bilhões em crédito para agricultura empresarial, um aumento de 10% em relação à safra anterior, e R\$ 76 bilhões para a agricultura familiar. Os anúncios repercutiram entre entidades gaúchas do setor.

Dos R\$ 400,59 bilhões em crédito para a agricultura empresarial, R\$ 293,29 bilhões (8%) serão para custeio e comercialização e R\$ 107,3 bilhões (16,5%) para investimentos. Na linha de financiamento para investimentos, são 13 programas. Ainda na Agricultura Empresarial, os produtores rurais podem contar com mais R\$ 108 bilhões em recursos de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), para emissões de Cédulas do Produto Rural (CPR), que serão complementares aos incentivos do novo Plano Safra. No total, são R\$ 508,59 bilhões para o desenvolvimento do agro nacional.

Já em relação aos recursos por beneficiário, R\$ 189,09 bilhões serão com taxas controladas, direcionados para o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) e demais produtores e cooperativas, e os outros R\$ 211,5 bilhões para taxas livres.

As taxas de juros para custeio e comercialização são de 8% ao ano para os produtores enquadrados no Pronamp. Já para investimentos, as taxas de juros variam entre 7% ao ano e 12%, de acordo com cada programa.

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, anunciou, ainda, R\$ 210,9 milhões do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro

Rural (PSR) em verbas extras para apoiar produtores rurais do Rio Grande do Sul afetados pelas fortes chuvas de maio em suas contratações. Assim, o recurso aplicado no PSR no Estado em 2024 subirá para R\$ 368,3 milhões, contando com o que já foi disponibilizado ou está programado no orçamento geral da política.

No caso do Plano Safra da Agricultura Familiar, cerca de 10 linhas de financiamento de crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) tiveram redução de taxas. O valor para o Pronaf, de R\$ 76 bilhões, é 43,3% maior do que anunciado na safra 2022/2023 e 6,2% maior do que o da safra passada. Ao todo, serão R\$ 85,7 bilhões em ações do governo federal para a agricultura familiar, crescimento de 10%.

De acordo com o governo, foram 1,7 milhão de contratos celebrados no último Plano Safra da Agricultura Familiar. Em relação à safra anterior houve um aumento de 18% no número de operações e 12% em relação ao volume contratado. Agora, com o volume maior de recursos equalizados (R\$ 45,4 bilhões), o objetivo, segundo o governo, é ampliar o número de agricultores familiares beneficiados e incentivar a produção sustentável de alimentos saudáveis.

O Plano Safra da Agricultura Familiar 2024/25 também tem mais incentivos à produção agroecológica. A taxa de juros para a produção orgânica, agroecológica e de produtos da sociobiodiversidade será de 2% no custeio e 3% no investimento. Outro destaque será o lançamento do edital do programa Ecoforte, em seu maior valor histórico, para apoiar projetos de redes de agroecologia, extrativismo e produção orgânica.

A Secretaria-Geral da Presidência da República, que coordena



LUÍSA SANTOS/ARQUIVO PESSOAL/DIVULGAÇÃO/JC

Taxas de juros para custeio e comercialização serão de 8% ao ano para produtores enquadrados no Pronamp

na a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, e o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), firmaram um Acordo de Cooperação Técnica com o BNDES e a Fundação Banco do Brasil no valor inédito de R\$ 100 milhões para o edital do Programa Ecoforte. São recursos que irão beneficiar 40 redes e 30 mil agricultores familiares.

Para reforçar as ações, o governo também lançou a iniciativa

do Campo à Mesa, um edital de R\$ 35 milhões para fomentar iniciativas que promovam a transição agroecológica. Durante o anúncio, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a defender a inclusão das carnes na cesta básica com imposto zero na regulamentação da reforma tributária. “Temos que discutir o que vai entrar na cesta básica. Não tem como separar carne; possivelmente teremos que separar carne in natura e processada”, afirmou.

A inclusão das carnes no relatório do grupo de trabalho que discute o principal projeto de regulamentação da reforma na Câmara dos Deputados está sendo negociada pelo governo, setor produtivo e deputados. O novo relatório deve estabelecer a isenção de carne bovina, de frango e suína e especificar quais tipos de peixes com imposto zero. A alíquota geral do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) deve aumentar com a isenção das carnes.

Entidades esperam medidas especiais para o Estado

Para o presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), Gedeão Pereira, o reconhecimento do agro pelo governo é importante. Mas o plano é aquém das necessidades. “A taxa de juros é acima da Selic, não há subsídio”. Como positivos, destacou os juros a 7% para renovação ambiental e o recurso extra do PSR.

Darci Pedro Hartmann, presidente do Sistema Ocergs, também considera que o Plano Safra é positivo, ainda que não atenda a todas as demandas do setor. “É bom, dentro do que é possível. O investimento está de bom tamanho quando falamos em teto de gastos. Na agricultura empresarial, porém, os juros ainda estão muito altos”. Hartmann enfatizou, ainda, a preocupação quanto aos produtores gaúchos, fortemente afetados pelas chuvas e enchentes de maio. “Precisamos de alongamento da dívida e que o fundo garantidor funcione,

sob pena dos produtores não terem acesso ao crédito”. A expectativa é que o governo federal anuncie condições especiais para o RS nos próximos dias.

O presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetagr-RS), Carlos Joel da Silva, concorda que é necessário alongar o pagamento das dívidas dos agricultores e que o valor anunciado é adequado, mas que precisa chegar aos produtores. Ele considerou que em relação ao Pronampe, as condições não são favoráveis. “O juros para o médio agricultor que busca crédito no Pronampe ficou inviável”.

Segundo ele, as condições do Pronaf são boas, mas há fatores que poderiam ser melhores. “O valor financiado para o custeio de investimento aumentou, mas ainda é pouco. E também o enquadramento do Pronaf ainda poderia ser melhorado. Mas tivemos redução de juros e novas linhas, com juros baixos

para agroecologia, para quem trabalha com flores, para os jovens e para as mulheres e para a cadeia do leite”.

Presidente da Frente Parlamentar da Agricultura Familiar do Congresso Nacional, deputado Heitor Schuch (PSB/RS) analisou positivamente as medidas do novo Plano Safra da Agricultura Familiar. “Aumentar o volume de recursos, reduzir a taxa de juros, apostar no cooperativismo e criar o fundo garantidor são fundamentais para suporte aos agricultores”, afirmou.

O parlamentar reforçou, no entanto, que a expectativa agora é para que o governo federal garanta a anistia das dívidas rurais aos produtores gaúchos afetados pelas enchentes, além da liberação de auxílio emergencial nos moldes do que ocorreu na pandemia. “Os agricultores precisam ter condições de acessar o Plano Safra, o que só é possível com a garantia de perdão dos débitos e de bolsa auxílio”.

DR. ALCEU KNIJNIK
CREMERS 6753

MÉDICO ENDOCRINOLOGISTA

DIABETE - TIREÓIDE
ALTERAÇÕES DO COLESTEROL

PRAÇA DOM FELICIANO, 78 CJ. 1101 - CENTRO - PORTO ALEGRE

FONE 3221.7172